



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681292 - PA (2021/0225908-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : MARCELO GOMES BORGES
ADVOGADO : MARCELO GOMES BORGES - PA021133
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : A A DE O (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de A. A. DE O. em que se aponta como autoridade coatora o Desembargador LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (HC 0806154-05.2021.814.0000).

Consta dos autos que o paciente, advogado, encontra-se atualmente custodiado no prédio anexo do Centro de Recuperação Coronel Anastácio das Neves em razão da suposta prática dos delitos previstos no art. 218-A, 218-B e 228 do Código Penal.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal uma vez que a autoridade coatora, em decisão monocrática, negou o pedido de extensão concedido em situação similar, pela própria Seção de Direito Penal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará a outros custodiados.

Alega, em síntese, que o paciente se encontra em situação idêntica aos advogados Armando Barroso da Costa Junior e Aderson Zynato Soares Lobão, que foram beneficiados no HC n. 0801469-52.2021.8.14.0000, no qual a prisão preventiva dos citados fora trocada pela domiciliar, em atendimento à prerrogativa prevista no art. 7º, inciso V, do EAOAB, eis que não podem ficar em situação diversa da Sala de Estado-Maior.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que seja determinada a extensão do benefício da prisão domiciliar ao paciente ou que seja determinado que o HC da origem seja conhecido.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois

não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a decisão ficou fundamentada nestes termos (fl. 166/167):

Desta forma, tratando-se de *habeas corpus* impetrado contra ato supostamente ilegal atribuído ao Diretor do Centro de Recuperação Coronel Anastácio das Neves- CRCAN, a competência para analisar a presente medida, SE FOR CASO DE *HABEAS CORPUS*, é do Juiz de Direito, nos termos do art. 650, § 1º, do CPP, o qual estabelece que “a competência do juiz cessará sempre que a violência ou coação provier de autoridade judiciária de igual ou superior jurisdição”.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente